

AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PSICOLÓGICA SÓCIO HISTÓRICA PARA A EDUCAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS E FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES E DA CONSCIÊNCIA

Mara Sílvia Cabral de Melo Kato
marakatto@yahoo.com.br
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo:

Este trabalho foi desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Implicações Psicossociais da Educação e do Trabalho, e está vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Propõe divulgar discussões que levam em consideração as contribuições da Teoria Psicológica Sócio-histórica à educação, registrando as implicações do processo educacional no desenvolvimento e na constituição dos processos e funções psicológicas superiores e da consciência. A Educação é uma ação social e não se dá sem objetivos, organização e sistematização, que contemplem os interesses e necessidades do projeto de sociedade em vigor, ainda que se entenda que uma das funções sociais da Educação é a transmissão da cultura, da ciência mais desenvolvida. Entendemos que isso é possibilitado ou dificultado conforme a qualidade dos conteúdos e dos instrumentos educacionais postos à disposição dos educandos, para que estes possam melhor compreender o funcionamento da sociedade em que vivem, a importância da formação da materialidade do mundo e as maneiras de modificá-lo. A Educação, como ação social, é aqui discutida a partir dos pressupostos epistemológicos de Vigotsky, Luria e Leontiev, buscando uma descrição psicológica de como se dá a relação entre indivíduo e os mediadores sociais, pois são nas atividades do processo educacional que o estudante se constitui, ou seja, o psiquismo humano se torna um conjunto formado pela reunião de processos e funções com determinada ordem, dada a partir da atividade, das apropriações que os indivíduos fazem, ao agirem com os elementos materiais e simbólicos da cultura humana. Assim sendo, as atividades, na educação formal, devem promover e influenciar o desenvolvimento psicológico, facilitando a constituição de outras funções e processo psíquicos que permitam realizar outras atividades, mas, para isso, é preciso que o desenvolvimento seja orientado, promovido e facilitado pela mediação. A interação entre aluno/professor/aluno é mediada pela linguagem através da promoção de situações escolares em que os alunos precisem argumentar, debater, conversar, criticar e relatar. Essas ações ajudam a organizar o pensamento e a conviver com a diversidade que constitui um contexto de aprendizagem. A mediação é, portanto, um instrumento psicológico que influencia o próprio homem no comportamento e na psique.

Palavras-chave: Educação; Funções Psicológicas Superiores; Consciência

1 INTRODUÇÃO

As implicações da educação para o desenvolvimento e a constituição dos processos e funções subjetivas que compõem as consciências individuais são parte desta

reflexão que se orienta pela Teoria Psicológica Sócio-histórica. Estas reflexões devem contribuir para o entendimento do tema deste trabalho, que pretende registrar as relações entre educação, funções psicológicas superiores e consciência.

A educação é uma ação social e, como tal, não se dá sem objetivos, organização e sistematização, que contemplem os interesses e necessidades do projeto de sociedade em vigor. Ainda que se entenda que uma das funções sociais da educação é a transmissão da cultura, o ensino da ciência mais desenvolvido da sociedade; sabe-se que isso é possibilitado ou dificultado conforme a qualidade dos conteúdos e dos instrumentos educacionais postos à disposição dos educandos, para que estes possam melhor compreender o funcionamento da sociedade em que vivem, a importância da formação da materialidade do mundo e as maneiras de modificá-lo.

A educação como ação social é discutida aqui a partir da concepção epistemológica de Vigotsky, buscando uma descrição psicológica de como se dá a relação entre o indivíduo e os mediadores sociais durante o processo educativo.

Compreender esse enfoque social da educação é entender o homem como determinado pelas leis do desenvolvimento sócio-histórico e analisá-lo nas suas dimensões biológica e cultural. Porém, atentando para as implicações desta última, isto é, no fato de ser formada pelas relações dos sujeitos com o trabalho, pelas suas criações e pela utilização que eles fazem dos instrumentos.

2 AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA PARA O PROCESSO EDUCATIVO

Na concepção de educação como ensino que transmite a cultura e a aprendizagem, como elaboração do conhecimento, historicamente produzido (conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos), a escola é uma das instâncias cujo produto da sua ação educativa não pode se restringir ao ato de aprender, pois neste o aluno apropria-se de um conhecimento e o incorpora, representando algo que permanece para além deste ato. Ou seja, o aluno não pode ser visto apenas como consumidor de aulas, mas alguém que se converte em objeto do trabalho do professor, já que sobre ele incide o trabalho pedagógico.

O trabalho do estudante é uma prática social, pela qual ele se constitui como ser humano ao se apropriar da experiência sócio-histórica da humanidade, acumulada sob a forma de objetos do mundo, ao mesmo tempo em que se prepara para atuar na sociedade. O processo de apropriação das produções humanas é, ainda e ao mesmo tempo, o processo de formação das funções subjetivas específicas do homem. Segundo Leontiev (1978, p. 268),

Devemos sublinhar que este processo é sempre ativo do ponto de vista do homem. Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto.

Neste caso, é nas atividades do processo educacional que o estudante se constitui, uma vez que a “[...] estrutura da consciência humana está regularmente ligada à estrutura da atividade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 99). Ou seja, o psiquismo humano se torna um conjunto formado pela reunião de processo e funções com determinada ordem e organização dada a partir da atividade, das apropriações que os indivíduos fazem ao agirem com os elementos materiais e simbólicos da cultura humana. E, a prática escolar é uma expressão do trabalho e da apropriação da cultura, desenvolvidos a partir das necessidades humanas.

O trabalho é, segundo a explicação de Marx (1983), ao mesmo tempo, forma de atividade cotidiana e não-cotidiana. Como execução, o trabalho é considerado parte orgânica da vida cotidiana. Como atividade, é uma apropriação genérica. Assim, o trabalho é uma atividade objetivadora pelo seu duplo processo de objetivação e apropriação. O trabalho se apresentará como uma atividade na qual o indivíduo, produzindo e reproduzindo o ser social, estará fazendo também da sua reprodução individual um processo de desenvolvimento. No qual, quanto menos for o antagonismo das relações entre o trabalho, como atividade cotidiana e como atividade não-cotidiana, mais o trabalho deixará de se apresentar ao indivíduo como mero meio de reprodução da subsistência física.

Assim sendo, a aprendizagem depende de que um sujeito humano, mais experiente e desenvolvido, transmita ao outro os conhecimentos. Esse processo é organizado pelas sociedades de forma diferente, mas de maneira geral, é denominado de educação. Portanto, a educação é a forma como cada sociedade transmite a sua cultura para os seus membros. Por isso, entende-se que o que determina o desenvolvimento psicológico de uma criança é a sua própria vida e o desenvolvimento das suas atividades.

3 A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E OS MEDIADORES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS E FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES E DA CONSCIÊNCIA

O desenvolvimento humano é orientado, promovido e facilitado pela mediação de alguém mais experiente; que apresente pistas, demonstrações e explicações que permitam que novas atividades se deem a partir do que já está desenvolvido. O mediador do desenvolvimento, na educação formal é o professor, e, como tal, ele deveria saber quais processos e funções psíquicas precisam ser constituídas no psiquismo do aluno para que este viva bem na sua sociedade. Também é seu dever saber promover aquelas construções através das atividades escolares.

Como a atividade psicológica é o conjunto de processos físicos e psíquicos, que realizam as relações do homem com o mundo e, simultaneamente, satisfaz uma necessidade especial correspondente ao próprio homem, então, as atividades escolares são trabalhos, e como tal, é também, segundo Leontiev (1978), a instituição social, cujos aspectos psicológicos tornaram-na a atividade humana fundamental. Isto porque, geneticamente, é a atividade que diferencia os homens dos animais por sua capacidade criadora e produtiva, exigindo, por isso, uma forma particular de fixação e transmissão

às gerações seguintes das aquisições da evolução obtidas desta capacidade de criar e produzir.

Para satisfazer as necessidades por meio do trabalho, os homens criam objetos e modificam a natureza. Inventam também os meios de produção de tais objetos, desde os instrumentos mais simples até as máquinas mais complexas. Por isso, os progressos obtidos na produção de bens materiais promovem o desenvolvimento da cultura dos homens, ampliando seu conhecimento sobre o mundo, proporcionando o desenvolvimento da ciência e da arte. Sobre isso Leontiev (1978, p. 266) indica que:

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. [...] De fato, o mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes.

No seu aspecto psicológico, o trabalho é uma atividade que implica mediação e construção tanto de processos psicológicos como de bens materiais. É uma atividade consciente desenvolvida pelo sujeito, regida por complexas necessidades, sejam sociais, cognitivas, ou emocionais. Por isso, as atividades psicológicas precisam ser ensinadas e aprendidas e são parte do processo educacional. A educação escolarizada, ao ensinar a forma de desenvolver uma atividade, de expressar um pensamento sobre determinado assunto, deve fazer um julgamento, alterar a natureza psicofísica e colocar à disposição dos educandos os recursos acumulados culturalmente, dentre os quais deve selecionar uma forma para desenvolver uma determinada atividade.

Na consciência é que se estabelece o processo do pensamento, que permite aos seres humanos influenciarem no mundo através das suas atividades, conforme o que desejam, planejam e são capazes de executar. Porém, esta etapa da atividade apenas a organiza até a sua fase de avaliação, ainda como possibilidade e, baseada nos instrumentos psicológicos apreendidos da cultura. Mas a atividade, como qualquer outro processo psíquico, encerra-se ao ser materialmente realizado na realidade social, isto é, quando é manifestada como comportamento mediado por instrumentos. Assim, a educação deveria ensinar o domínio dos instrumentos psicológicos e físicos, que permitam a consecução plena do processo.

Pode-se, então, entender que não é pelo pensamento que a pessoa constrói o conhecimento, pois é necessária uma ação real para tal. Ou seja, a que quer uma experiência para se pensar. E pensar, segundo Vigotsky (2005), pode revelar-se como pensamento lógico, conceitual e, como pensamento mítico. O primeiro opera por método e o segundo opera por associação dos fragmentos heterogêneos.

O caráter transitório do pensamento adolescente torna-se especialmente evidente quando observamos o funcionamento real dos conceitos recém-adquiridos. Os experimentos realizados com o objetivo específico de estudar as operações que os adolescentes efetuam com os conceitos revelam, em primeiro lugar, uma discrepância surpreendente entre a capacidade de formar conceitos e sua capacidade de defini-los (VIGOTSKY, 2005, p. 99).

No que se refere à aprendizagem individual promovida pela educação formal, esta deve ser a interiorização do conhecimento científico para permitir que os membros mais novos da sociedade comecem as suas vidas portando os conhecimentos já acumulados historicamente. Esta interiorização individual da cultura deve possibilitar que cada um atenda as suas necessidades e as do seu grupo social de forma mais satisfatória e, a partir dessas, avancem na construção de novos conhecimentos e formas de solução das necessidades sociais. A isto, a Teoria Psicológica Sócio-Histórica denomina de estrutura de significação da consciência individual. A outra estrutura da consciência individual é a dos sentidos individuais, decorrentes da atividade dos sujeitos utilizando os significados sociais mediados para as suas atividades individuais.

A mediação é um conceito desenvolvido historicamente para explicar a relação entre a materialidade do mundo e a subjetividade dos indivíduos. Genericamente, entende-se que esta relação é possibilitada pela interposição entre o objeto a ser conhecido e o sujeito de algum elemento, que carregue as características dos dois âmbitos a serem mediados, de forma a que permita ao sujeito o conhecimento para além da aparência material.

Na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, que orienta a Teoria Psicológica Sócio-Histórica, o conhecimento assim produzido deve ser considerado como um outro social, porque representa o trabalho historicamente acumulado de toda a humanidade, e que se apresenta por meio dos objetos, da organização do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo e é apresentado e apreendido pelas linguagens. Estas, por também serem sistemas simbólicos sociais, têm que ser ensinadas e aprendidas, pois não são produtos naturais da evolução da espécie.

Essa concepção fundamenta a ideia de que o pensamento, emoções e demais funções voluntárias são aspectos psicológicos considerados superiores, porque são construídos ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo concreto e, decididos pelas atividades. Essas funções referem-se a processos voluntários e ações conscientes, mecanismos intencionais que dependem das necessidades individuais e sociais em cada momento histórico.

De uma maneira mais genérica, “[...] a consciência é a habilidade em avaliar as informações sensoriais, em responder a elas com pensamentos e ações críticas e em reter traços da memória de forma que traços ou ações passados possam ser usados no futuro” (LURIA, 1991, p. 196).

A consciência é o reflexo das formações que foram mais bem organizadas pelo pensamento. Ela não serve somente para ativar a espiral da realimentação entre operação mental e produto da operação, mas para confrontar o pensamento próprio com o pensamento alheio. É a consciência que permite que o indivíduo ultrapasse a apreensão da realidade e chegue à esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto mental e na qual a pessoa assume postura epistemológica, portanto, entende-se que este é o objetivo maior da educação.

A consciência tem suas próprias características psicológicas que diferenciam o mundo real das impressões interiores individuais, possibilitando o desenvolvimento da observação de si mesma. Ao elaborar representações psicológicas individuais, a realidade concreta se mostra ao sujeito, ainda de forma estável e objetiva, mantendo

suas propriedades, conservando sua independência das relações e necessidades individuais que o homem mantém com ela. A consciência é atributo estritamente humano que lhe possibilita descobrir e alargar suas representações das coisas e do mundo.

A significação como fato da consciência é um conjunto de percepções e pensamentos da pessoa sobre a sua realidade sócio-histórica e esta se caracteriza nas potencialidades e nas limitações representativas sobre o conhecimento de uma determinada época e uma sociedade. É isto que marca uma relação estabelecida na atividade do sujeito, entre significado social e sentido individual: a apreensão dessas relações como sendo suas, e, portanto, apropria-se delas de modo particular e as torna conscientes.

A consciência tem este mecanismo: o de criar novas necessidades e de transformá-las em novas capacidades ao longo do desenvolvimento humano. São esses mesmos mecanismos que determinam outros processos psíquicos baseados na linguagem e na palavra. Leontiev (1978, p. 116) considera que a consciência se constitui em “[...] um conjunto particular de processos internos intelectuais, que só são verbais na medida em que o são as significações linguísticas aptas para se deslocarem da ação direta do significado”. Assim, a consciência depende da atividade e das diversas ações do sujeito, o que pode ocorrer, segundo a significação social de cada ação.

Vigotsky (1989), quando se reporta à consciência, explica que é a intermediação dos signos que permite, na atividade da consciência, a elaboração do inacessível à ação imediata, porque ao se agir sobre as coisas toma-se consciência das relações e interações que se estabelecem entre elas.

Para o mesmo autor (1998), a interação entre aluno/professor/aluno é mediada pela linguagem através da promoção de situações escolares em que os alunos precisem argumentar, debater, conversar, criticar, relatar. Essas ações ajudam a organizar o pensamento e a conviver com a diversidade que constitui um contexto de aprendizagem. E mais, aprende-se com as transformações percebidas. A mediação é, portanto, um instrumento psicológico que influencia o próprio homem no comportamento e na psique.

São essas propriedades da mediação que impulsionaram Vigotsky (2000) a propor que o princípio de funcionamento e desenvolvimento psicológico deriva da utilização da palavra e se baseia na noção de contextualização linguística. Para o referido autor, as relações contextuais desempenham papel fundamental na mediação das ontogêneses, de forma indagativa de, por exemplo, como se estabelecem os contextos na história social. São essas bases teóricas de Vigotsky (2000) que possibilitam a aplicação dos pressupostos teóricos estabelecidos pelo Materialismo Histórico de Marx para a história social ao comportamento humano.

A teoria vigotskyana postula que é a relação dialética presente nas interações entre sujeitos e destes com o meio é a desencadeadora do desenvolvimento da linguagem humana e das estruturas mentais superiores. Essa teoria demonstra que o desenvolvimento do indivíduo está relacionado com o desenvolvimento da linguagem, uma vez que ela permite a interiorização da cultura e o domínio dos instrumentos físicos e psicológicos. Entretanto, demonstra que a interiorização não é um processo passivo,

pois depende da atividade e da necessidade de construir novos instrumentos ou de transformar os já existentes para que as novas estruturas psíquicas surjam.

Sobre esse processo, a teoria de Vigotsky (2000) estabelece como ponto central o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), no qual afirma que a aprendizagem acontece no intervalo entre o conhecimento real e o conhecimento potencial. Em outras palavras, a ZDP é a distância existente entre o que o sujeito já sabe e aquilo que ele tem possibilidade de aprender, nesse caso, depende da intervenção de outro para ensinar. Porém, este outro tem que saber que com o que já sabe, o aprendiz pode aprender o que se espera e, fundamentalmente, o que o aprendiz deve aprender é sempre uma determinação social, dada na cultura. Portanto, se o professor não conhece a cultura e nem entende para que se deve levar em conta a história cultural do sujeito, esta possibilidade da aprendizagem fica negada.

Portanto, a Zona de Desenvolvimento Proximal não se refere a um 'estado' ou 'capacidade dada no sujeito' aprendiz. A ZDP é uma indicação de como a interação entre os sujeitos aprendizes e destes com a ciência deve ser mediada pelo professor, para garantir a construção dos processos e funções necessárias à vida no meio social onde se vive. É nessas condições que se pode afirmar que o conhecimento potencial, ao ser alcançado, passa a ser o conhecimento real e a ZDP redefinida a partir do que seria o novo potencial.

Seria neste espaço psíquico que a educação atuaria, partindo do conhecimento do aprendiz, para promover o desenvolvimento de novas funções e sistemas psíquicos que lhe permitiriam agir no meio social e cultural onde está inserido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento, segundo Vigotsky (1998), é caracterizado pelas desproporções no desenvolvimento das diversas funções, pelas metamorfoses ou transformação qualitativa de umas formas em outras, pelo entrelaçamento complexo de processos que evoluem e involuem, pelo complexo cruzamento de fatores externos e internos, pelo complexo processo de superação de dificuldades e adaptação.

Nessa concepção, as interações têm um papel crucial e determinante. Para definir o conhecimento real, Vigotsky (2000) sugere que se avalie o que o sujeito é capaz de fazer sozinho e, seja reconhecido o seu potencial como aquilo que ele consegue fazer com a ajuda de outro sujeito, que domine melhor e mais profundamente a cultura. Assim, é pela ZDP que as possibilidades podem gerar conhecimentos reais.

A consciência é um reflexo da realidade concretizado pelo pensamento, ou seja, é um reflexo modificado. Portanto, sua constituição e desenvolvimento dependem das condições psicossociais do sujeito e deve passar de uma etapa para outra, superior.

As diversas condições de desenvolvimento do pensamento e da consciência estão relacionadas com o aparecimento do trabalho, que se tornou fundamental para a existência do homem, porém, estas relações não são objetivas, pois estão mediadas pelas diferentes formas de organização social em cada momento histórico.

Assim sendo, as atividades na educação formal devem promover e influenciar o desenvolvimento psicológico, facilitando a constituição de outras funções e processo psíquicos que permitam realizar outras atividades, mas para isso é preciso que o desenvolvimento seja orientado, promovido e facilitado pela mediação, sendo esta um instrumento psicológico que influencia o próprio homem no comportamento e na psique.

REFERÊNCIAS

- LEONTIEV, Alexander Romanovich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.
- LURIA, A. R. **Fundamentos de neuropsicologia**. São Paulo: EDUSP, 1991.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.